

EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ

Perla Bottega Brum

Especialização em Contabilidade e Controladoria (Unochapecó)
perla@unochapeco.edu.br

Silvana Dalmutt Kruger

Doutora em Contabilidade (UFSC)
silvanak@unochapeco.edu.br

RESUMO

O estudo tem por objetivo identificar a classificação dos municípios da microrregião de Chapecó-SC em relação as práticas sociais e ambientais, a partir dos indicadores de sustentabilidade da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM). O estudo considerou como amostra os 38 municípios da microrregião de Chapecó comparativamente às questões ambientais e sociais. Os resultados destacam, comparativamente, a situação ambiental e sociocultural dos municípios, no sentido de permitir a compreensão do desenvolvimento a partir destas duas dimensões: ambiental e sociocultural. O melhor município da dimensão sociocultural é Chapecó (0,812) e baseado na metodologia utilizada, o desempenho do índice permanece numa condição Médio Alto. Por outro lado, verificou-se de que o pior município na dimensão sociocultural é Guatambu, com um índice de (0,624). Para a dimensão ambiental o melhor é Campo Erê, com um desempenho de (0,675), permanecendo na posição Média, e dentre os 38 municípios estudados, o pior é Santa Teresinha do Progresso (0,145), classificando com o mais baixo desempenho. De forma geral, a pesquisa evidencia que existe um descompasso em termos de desenvolvimento, de modo que socialmente existe uma vantagem em relação à dimensão ambiental, destacando a necessidade de melhorias em investimentos e compreensão da relevância dos aspectos ambientais.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Indicadores de sustentabilidade. Práticas sociais e ambientais.

1 INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade conhecido como *Triple Bottom Line*, é composto pelas dimensões: econômica, social e a ambiental, são considerados como princípios da sustentabilidade. A partir de uma obra intitulada *Cannibal With Forks* de John Elkington, publicada no ano de 1994, iniciou-se o uso da expressão *Triple Botton Line* para dizer das linhas, ou pilares, que sustentam as condições que predominam no processo de produção para o sustento da vida humana, sobretudo nas sociedades capitalistas. De acordo com Elkington (2001), é necessário que a administração pública também adote e execute ações sustentáveis em sua gestão, a fim de contribuir com a efetiva preservação do meio ambiente. Este tripé de sustentação se encontra nas práticas que envolvem desenvolvimento sustentável a partir da tríade: promoção econômica; preservação e conservação ambiental e participação social.

A partir das discussões em torno da conservação e das práticas de preservação ambiental, a sustentabilidade adentrou o universo corporativo, fazendo parte do desenvolvimento das empresas, servindo como estratégia de marketing e vantagem competitiva no mercado. No entanto, para que o desenvolvimento sustentável ocorra efetivamente nas empresas, faz-se necessário o equilíbrio entre ambas às dimensões (NOGUEIRA; FARIA 2012).

Figuera et al. (2018), destacam que a sustentabilidade integra as dimensões econômica, social e ambiental, por meio de práticas e soluções inovadoras que as empresas estão incorporando em suas atividades, agregando maior valor aos produtos e serviços, além de destacar a empresa perante os concorrentes, busca a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos socioambientais.

Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas utilizadas pelas empresas, para avaliar as ações e acompanhar a evolução do desenvolvimento da organização, além de contribuir para o planejamento dos investimentos e na análise do cumprimento das ações de melhoria, desenvolvidas por meio da gestão dos indicadores (VIERO; MAZZIONI, 2015).

Drouvot, Drouvot e Gomes (2014), enfatizam que as empresas de pequeno, médio ou grande porte, atuantes nas mais diferentes áreas, estão preocupadas em se tornar empresas cidadãs, demonstrando responsabilidades socioambientais, e neste aspecto buscam prestar contas à sociedade e aos usuários das informações (clientes, investidores, governos, etc.), acerca dos produtos ou serviços oferecidos, dos critérios sociais e ambientais e dessas práticas realizadas em prol do meio ambiente e da comunidade.

Para Martins et al. (2013), as entidades socialmente responsáveis, éticas e cidadãs, têm buscado alcançar estes deveres, previstos na Carta Magna, atendendo os anseios da sociedade e garantindo seu desenvolvimento, comunitário, econômico e sustentável.

No âmbito das organizações públicas, para além das questões em que o Estado deve pautar suas ações no sentido da preservação ambiental, do ponto de vista jurídico, conforme Volante (2012) o Estado deve cumprir uma série de prerrogativas dispostas em lei, caso contrário passa a ser, ele próprio, réu de ações cíveis e criminais, as quais encontram sua base na dimensão ambiental. O autor sugere que o poder público tem grandes responsabilidades na condução das ações voltadas ao meio ambiente, sobretudo porque é o poder público quem autoriza a emissão de licenças e fiscaliza ações próprias e de entes privados.

Volante (2012) afirma ainda que desde a Constituição de 1946, o Estado passa a ser agente passível de responsabilização criminal em caso de descumprimento de cuidados necessários em relação ao meio ambiente. Com a Constituição de 1988, esta responsabilidade aumentou, de modo que, atualmente, é dever de todas as esferas do poder atuar no sentido de preservar o meio ambiente em todas as suas dimensões.

Neste contexto, para evidenciar informações relacionadas às práticas sociais e ambientais dos municípios, a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), disponibiliza em sua *homepage* um sistema que permitem visualizar e comparar a sustentabilidade de cada município. Este conjunto de dados tem como objetivo, fornecer informações que fomentam a prática do planejamento, da avaliação para a tomada de decisão por parte dos agentes públicos (FECAM, 2017).

A FECAM desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), constituído a partir de vários indicadores, que auxiliam os gestores a definirem prioridades municipais e regionais, visando conquistar níveis mais elevados de sustentabilidade. Sendo assim, tal indicador serve para diagnosticar o nível de desenvolvimento sustentável dos municípios, evidenciando suas ações, potencialidades, voltadas para o âmbito social, ambiental e econômico, bem como, analisar pontos fracos da região que limitam o crescimento do município (FECAM, 2017).

Diante do exposto, a pesquisa se concentra em responder à seguinte problemática: Qual a classificação dos municípios da microrregião de Chapecó-SC em relação as práticas sociais e ambientais? Com objetivo de identificar a classificação dos municípios da microrregião de Chapecó-SC em relação as práticas sociais e ambientais, a partir dos indicadores de sustentabilidade da FECAM.

O presente estudo se justifica considerando o processo de conscientização das empresas e da própria sociedade, no sentido de pautar suas atitudes demonstrando resultados

positivos aos seus *stakeholders*, principalmente no que tange à preservação e o cuidado com o meio ambiente, além de proporcionar o bem estar social, visto que a responsabilidade das entidades mediante a sociedade transcende o cumprimento da legislação. Neste sentido, a gestão pública tem o papel fundamental, para além da fiscalização, promover políticas de fomento ao cuidado ambiental, mobilizando a sociedade e fomentando práticas sustentáveis e ambientalmente corretas.

Esta pesquisa está estruturada na seguinte ordem: o primeiro tópico é formado pela introdução, com apresentação do problema, objetivo e a justificativa. O segundo tópico aborda à revisão da literatura que contempla acerca da sustentabilidade, indicadores de sustentabilidade e estudos correlatos. No terceiro tópico, serão apresentados os procedimentos metodológicos. No quarto tópico apresenta-se a análise e exposição dos dados coletados e, ao término, as considerações finais da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura aborda os conceitos e relevância da sustentabilidade, bem como dos indicadores de sustentabilidade, e estudos correlatos ao tema.

2.1 Sustentabilidade

A sustentabilidade adentrou no universo corporativo, passando a fazer parte do desenvolvimento das empresas, servindo como estratégia de marketing e vantagem competitiva. De tal modo que as organizações vêm sendo observadas e analisadas pela sociedade como um todo, tanto em relação aos impactos ocasionados as pessoas e ao meio ambiente, quanto nas atitudes que as empresas estão fazendo pra diminuí-los (NOGUEIRA; FARIA, 2012).

São inúmeros os conceitos para a denominação de sustentabilidade, mas entre eles destaca-se a interpretação de que “caracteriza-se pela capacidade de satisfazer as necessidades humanas, utilizando de forma consciente os recursos e tecnologias disponíveis para a construção de riquezas sem comprometer a qualidade de vida e o meio ambiente” (VIERO; MAZZIONI, 2015).

Nogueira e Faria (2012), complementam que a sustentabilidade nas empresas, ocorre efetivamente quando há o equilíbrio entre as três dimensões: a econômica, social e a ambiental, conhecido como *Triple Bottom Line*, considerados como princípios da sustentabilidade, por considerar o tripé das dimensões. Os autores enfatizam ainda de que, a dimensão econômica prevê que as empresas apresentem retorno financeiro aos seus sócios e investidores, quanto aos aspectos sociais, às mesmas têm a responsabilidade de assegurar a todos os seus colaboradores, adequadas condições de trabalho, respeitando a diversidade cultural. No que tange a dimensão social, o tripé da sustentabilidade, prevê o uso consciente dos recursos naturais, ou seja, a responsabilidade com o meio ambiente.

No ponto de vista de Boff (2013, p.64), o termo sustentabilidade apresenta a concepção de que, não é tolerável, nem justo e ético, que a sociedade atual viva de maneira desordenada, buscando sua subsistência de maneira inconsciente, destruindo a natureza, os biomas, contaminando as águas e poluindo os ares, causando o desequilíbrio ecológico e subtraindo das futuras gerações os elementos indispensáveis para que os mesmos possam viver decentemente.

Neste sentido, para que as empresas sejam autossustentáveis, é indispensável à adoção das melhores técnicas de utilização dos recursos naturais. Tinoco (2010) apresenta os três elementos que fazem parte da sustentabilidade empresarial: a questão ambiental, a qual envolve a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais; o social, que está ligado à transparência e à postura ética das empresas perante a sociedade e por fim, os dados financeiros, pelos quais serão apresentados os resultados econômicos da empresa, o que é

provável que estes fatores garantam a sustentabilidade da entidade e principalmente a continuidade no mercado.

Para Silva et al. (2011), as pessoas esperam de todas as empresas comportamento ético e preocupação com a sociedade e o meio ambiente, uma vez que as variáveis sociais interferem na gestão e no desenvolvimento da empresa. Para as empresas atingirem seus objetivos, é importante que seus colaboradores estejam motivados e cientes de que o lucro não pode mais ser a única finalidade da entidade, sendo que sua existência deve acrescentar objetivos sociais, ambientais e humanos, como a satisfação dos funcionários e clientes, além do cuidado com todos os recursos naturais.

Para Oro, Vicenti e Scarpin (2014), a responsabilidade e a transparência são elementos fundamentais na existência de qualquer instituição. Para aquelas cuja finalidade não é o lucro, há uma exigência natural em reportar parte considerável de suas políticas internas às questões sociais, a saber, aquelas que envolvem a transparência, especialmente por meio da divulgação de suas ações. Porém, para as demais organizações com finalidades lucrativas, a publicação das ações sociais e ambientais ocorre de forma voluntária, ou seja, por não existir lei até o momento que as obrigue a divulgar suas ações socioambientais, estas têm a liberdade de divulgar ou não.

Na concepção de Carvalho, Stefano e Munck (2016), temas ligados às questões ambientais e sociais, vem se destacando dentro das organizações e deveriam ser observado por todas as empresas, independente do porte e do ramo que atuam. Os autores destacam ainda, a importância da participação dos funcionários nesse processo, sendo que quando conscientes e comprometidos, desempenham importante papel no desenvolvimento das práticas sustentáveis. Para tal, o departamento de pessoal no âmbito organizacional, também exerce essa função que esta ligada a área sustentabilidade econômica, social e ambiental.

De acordo com Casagrande, Sauer e Pereira (2016), o crescimento e o desenvolvimento da sociedade geram a necessidade no aumento da produção de alimentos, o que traz impactos ambientais positivos e negativos. Sendo assim, as empresas precisam adotar ações sustentáveis, e destacam como primeiro motivo para tal, o consumo consciente de matéria-prima e a redução de poluentes ligados à atividade produtiva; o segundo deles refere-se ao cultivo dos valores, como a responsabilidade e transparência; o terceiro visa à criação de técnicas, métodos que possam reduzir o impacto no planeta, e para concluir, a empresa deve focar na igualdade da distribuição de bens e renda para todos.

No Brasil existem leis que tratam da Política Nacional do Meio Ambiente, as quais ditam diretrizes às organizações em relação à preservação do meio ambiente para que haja o equilíbrio ecológico. A Lei nº 10.165 de 27 de dezembro de 2000, é considerada relevante, visto que classifica as atividades econômicas conforme o grau de impacto que as mesmas causam ao meio ambiente. A legislação estabelece as obrigações das empresas para minimizar danos causados ao meio ambiente, sem perder a qualidade dos produtos e serviços prestados, sendo que as atividades potencialmente poluidoras e que utilizam dos recursos naturais são fiscalizadas e controladas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (BRASIL, 2017).

A legislação brasileira procura definir quais danos e prejuízos à atuação das empresas podem causar ao meio ambiente e à sociedade. No entanto, não é somente com a aplicação literal da lei, que diminuirá os impactos ambientais negativos causados pelas empresas. De acordo com Corrêa e Proner (2010) os Estados passaram a rever as antigas práticas do Direito ao mesmo tempo em que passaram a adotar práticas de sustentabilidade associadas à iniciativa privada, de modo que as empresas passaram a receber alguns “bonus” do Estado por ações que fossem consoantes ao cuidado ambiental. Esta perspectiva mostrou que é preciso criar, em consonância com a legislação, programas que orientem de forma consistente as ações empresariais na defesa do meio ambiente. Por outro lado, a sociedade precisa se sentir

responsável pela natureza, entendendo que o conjunto ambiental que nos circunda afeta diretamente nossa vida (CORRÊA & PRONER, 2010, p. 1644)

De acordo com Di Domenico et. al (2017), as constantes mudanças tecnológicas, ligadas a questões sustentáveis, tem chegado a todos os setores produtivos. Conforme pesquisa realizada pelos autores, até mesmo na produção leiteira se faz necessário, que os produtores aprimorem novas técnicas nos processos produtivos, adaptando-se aos novos padrões ambientais. Essas mudanças, em parte, são exigidas pelos próprios consumidores que almejam produtos com qualidade e produzidos de acordo com as normas da sustentabilidade ambiental.

No contexto da gestão pública, sobretudo no que se refere a participação dos Estados na gestão de políticas destinadas à preservação do meio ambiente, o tema da sustentabilidade e do cuidado ambiental ganhou atenção especial após a Segunda Grande Guerra Mundial. Com o emergente crescimento do sistema capitalista (sobretudo no período da Guerra Fria décadas de 1960 e 1970) as nações compreenderam que os reflexos deste modelo produtivo, capitalista, trazia impactos altamente negativos ao meio ambiente. (CORRÊA & PRONER, 2010, p. 1651).

Assim, diversas nações do mundo passaram a direcionar seus esforços no sentido de criar uma força internacional, por meio da associação de países, criando tratados e acordos destinados a promover políticas nacionais e internacionais de preservação ambiental. Um dos tratados que merece destaque é a Conferência de Estocolmo (1972), cuja participação de 192 países (da qual o Brasil se negou a participar) pretendia criar alternativas para melhorar a relação entre o homem e o meio ambiente. Outro importante documento foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no ano de 1987, o relatório de Brundtland, também chamado de Nosso Futuro Comum, complementar a Convenção de Estocolmo, que foi conceituado o princípio do desenvolvimento sustentável da seguinte forma: "*o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.*" (BRUNDLAND, 1988).

Para além das ações governamentais citadas, temos ainda a Eco 92 que, para o Brasil, apresenta-se de modo peculiar por ter sido realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992. Esta conferência promovida pelas Nações Unidas, com a participação de dezenas de nações, tinha por objetivo introduzir a ideia de promoção de um desenvolvimento sustentável, com crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. (CORRÊA & PRONER, 2010, p. 1651)

Estes eventos produzidos ao longo das últimas décadas fez com que, as nações, dentre elas o Brasil, aderissem à políticas que conduzissem à práticas governamentais melhor adequadas às demandas do meio ambiente. Foi também em virtude das demandas apresentadas nas últimas décadas que o Brasil, em 1985, criou o Ministério do Meio Ambiente (MMA), destinado a cuidar especificamente das demandas ambientais que ocorrem em cenário nacional. A partir da Constituição de 1988 e das divesas convenções, cujo Brasil é signatário, a nação brasileira e seus entes confederados, assumiram a responsabilidade, junto das esferas internacionais, de cumprir com agendas de responsabilidade sociambiental, como combate ao desmatamento, redução na emissão de poluentes, preservação das águas, dentre outras ações neste sentido.

2.2 Indicadores de sustentabilidade

Os indicadores de sustentabilidade, são instrumentos utilizados para monitorar e orientar o desenvolvimento sustentável das empresas e possibilita aos gestores a análise dos pontos fortes e fracos da organização, para a tomada de decisões. A sustentabilidade considera as dimensões sociais, ambientais e econômicas, como sendo os principais pilares da

sustentabilidade, os quais devem estar integrados para a concretização de uma sociedade sustentável (KEMERICH; RITTER; BORBA, 2016).

Viero e Mazzioni (2015), indicam que devido às mudanças no cenário mundial, principalmente no que tange a realidade econômica, social e ambiental, faz-se necessário a evidenciação das práticas socioambientais pelas organizações, para tal, a contabilidade passou a ter grande importância dentro das entidades, pois incorporou às suas atividades elementos relacionados à sustentabilidade.

Para Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017), com o surgimento dos indicadores sociais, principalmente no setor público, é possível visualizar a alocação dos gastos nos serviços públicos essenciais a população, como por exemplo, na área da saúde e da educação. Logo, tais indicadores tornaram-se uma ferramenta importante dentro das organizações, visto que, além de mensurar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, contribuiu para dar maior transparência nas aplicações dos recursos públicos.

Rezende et. al (2017), ressaltam de que o cuidado com o meio ambiente, faz parte do desenvolvimento sustentável, no entanto será efetivo quando todos tomarem consciência de que preservar e respeitar o ecossistema é responsabilidade de todos. Os autores acrescentam ainda, que a sustentabilidade local depende de medidas relacionadas às políticas públicas que visam integrar as dimensões social, ambiental, econômica e institucional.

Ainda conforme Rezende et al. (2017), destacam em seus estudos, os indicadores econômicos e sociais, a saber: O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador que mede o processo de crescimento econômico de uma região em determinado período, ou seja, é resultado da soma de todos os produtos e serviços. Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aponta os desafios regionais, relacionado à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população, mediante indicadores ligados as áreas da educação, saúde e renda. Tal índice representa, conforme os indicadores da FECAM, o desenvolvimento humano, composto de indicadores das seguintes dimensões: longevidade, educação e renda, esses são os três principais indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano.

Di Domenico et. al. (2015), ressaltam de que os indicadores ambientais são importantes elementos para os gestores, pois fornecem informações ligadas a sociedade e ao meio ambiente, possibilitando traduzir a realidade das organizações, medir suas ações e analisar os pontos fortes da entidade, além de sinalizar possíveis falhas existentes no âmbito organizacional.

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território, que permite avaliar e comparar os indicadores dos municípios catarinenses (FECAM, 2017).

O IDMS é uma medida que avalia o nível de desenvolvimento sustentável de um município, considerando o equilíbrio no desenvolvimento das dimensões Sociocultural, Ambiental, Econômica e Político-Institucional. O objetivo do IDMS é comparar o desenvolvimento sustentável entre municípios de um estado ou de uma região, além de possibilitar que os municípios utilizem o IDMS como uma ferramenta de monitoramento dos indicadores e de planejamento das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável (FECAM, 2017).

2.3 Estudos correlatos

Nesta seção são abordados estudos já realizados em organizações dos mais diversos ramos de atividades, os quais abordaram assuntos relacionados à sustentabilidade e indicadores sociais e ambientais de sustentabilidade.

O estudo de Benedicto et al. (2013), verificou a estruturação da responsabilidade social em instituições bancárias, na cidade de São Paulo. A metodologia utilizada foi um estudo multicaso, sendo os dados coletados por meio de análise documental e entrevistas. A pesquisa concluiu que as instituições financeiras tanto públicas quanto privadas, apresentaram forte vínculo com a responsabilidade social, além de divulgarem amplamente seus projetos e programas ao público interno e externo. Na visão das instituições bancárias, a responsabilidade social e ambiental deve ser compromisso de todas as empresas, indiferente do porte ou do ramo que atuam, e estão empenhadas com o bem-estar da sociedade.

Mariano, Ribeiro e Colauto (2013), analisaram documentos na Prefeitura Municipal de Curitiba – PR, que teve como finalidade mostrar à população os indicadores socioambientais referentes ao período de 2009 a 2011. Os indicadores ambientais formados por: conservação ambiental, controle ambiental, recuperação de áreas degradadas e promoção da produção vegetal. Constataram variações nos indicadores ambientais, mostrando que a entidade está preocupada com o meio ambiente, sendo que os investimentos realizados no controle ambiental cresceram 47% de 2009 a 2011. Destacam que é notório como as entidades, tanto públicas quanto privadas, estão conscientes da importância de promoverem ações de cunho socioambiental e divulgarem essas relevantes informações.

O estudo de Galante et al. (2015), analisou o índice de desenvolvimento sustentável municipal e suas dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e político institucional. A pesquisa contemplou os vinte municípios da região Oeste de Santa Catarina, referente ao exercício 2014. A pesquisa caracterizou-se como descritiva documental e quantitativa, sendo os dados coletados no *homepage* da Federação dos Municípios de Santa Catarina (FECAM). Os resultados indicaram que dos vinte municípios analisados, doze foram classificados com desempenho médio e oito como médio baixo no índice de sustentabilidade. Também constataram de que a dimensão ambiental apresentou baixo desempenho, sendo que do total de município estudado, 65% exige maior atenção dos gestores municipais, pois 65% dos municípios estudados apresentaram baixo desempenho.

Di Domenico et. al. (2015), analisaram os indicadores ambientais adotados por 19 municípios localizados no extremo Oeste de Santa Catarina, visando demonstrar o grau de sustentabilidade. Os dados referem-se ao ano de 2014 e foram obtidos no site da Federação dos Municípios de Santa Catarina e em sites de transparência dos municípios, os quais foram comparados aos indicadores ambientais propostos pela FECAM. Constataram que dos três indicadores que compõem a dimensão ambiental, o indicador Preservação Ambiental, obteve melhor índice, enquanto os indicadores referentes a Cobertura de Saneamento Básico e Estrutura de Gestão Ambiental, apresentaram menor desempenho, exigindo uma atenção maior por parte dos gestores municipais.

O estudo de Viero e Mazzioni (2015) analisou o nível de sustentabilidade, dos duzentos e noventa e cinco municípios de Santa Catarina e das vinte e uma associações catarinenses. Os dados referem-se ao ano de 2014, os quais foram coletados no site da Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Os resultados mostraram que sessenta e um por cento dos municípios analisados, classificaram-se com médio desempenho, e vinte e oito por cento com desempenho médio baixo, pelo indicador geral de sustentabilidade, indicando que nenhum município apresentou alto ou médio alto desempenho.

A pesquisa realizada por Rezende et. al (2017), mensurou o grau de sustentabilidade do município de Barra do Garças (MT), mediante aplicação da ferramenta Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM). Quanto aos resultados, os autores constataram que, Barra do Garças apresentou um IDSM de 0,5461, e baseado na metodologia utilizada, o desempenho do índice é aceitável. No entanto, para melhorar cada vez mais a qualidade de vida dos munícipes, cabe aos gestores desenvolverem políticas públicas e ações de cidadania que permitam enfrentar os desafios presentes e futuros.

Após análise do conjunto de informações apresentados nos estudos citados, nota-se que as empresas, tanto pública quanto privada e indiferente do porte ou setor que atuam, estão tomando consciência que ao produzir seus produtos ou prestar seus serviços, precisam ficar atentos ao cuidado com o meio ambiente, além de promover o bem estar social e de que, o lucro, é uma consequência. Vale destacar que um município ou uma empresa, são considerados sustentáveis, quando seu crescimento ocorre de maneira equilibrada entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este tópico apresenta os métodos utilizados envolvendo a tipologia, a coleta e análise de dados para o desenvolvimento da pesquisa. Metodologicamente a pesquisa é descritiva, com análise documental e de cunho qualitativo.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa tem caráter descritivo. Na concepção de Raupp e Beuren (2012), a pesquisa descritiva, identifica, relata e compara características de uma determinada região ou população. Esse estudo busca descrever os indicadores de sustentabilidade dos municípios que fazem parte da microrregião de Chapecó/SC a fim de compará-los entre si, no que tange as práticas sociais e ambientais de cada qual.

Quanto aos procedimentos, será utilizada a pesquisa documental, porque para desenvolver a pesquisa, foi necessário consultar o banco de dados disponibilizados na *homepage* da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), no link Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDMS). De acordo com Raupp e Beuren (2012, p. 89), “a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Quanto à abordagem do problema, esse estudo tem caráter de natureza qualitativa, por analisar com maior profundidade os dados e os relatórios da entidade pesquisada. Em relação à abordagem qualitativa Raupp e Beuren (2012, p. 92) consideram que este tipo de abordagem “visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo”. Desse modo, a pesquisa qualitativa, pode colaborar na mudança de determinado grupo e permitir com profundidade o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos.

O estudo foi realizado considerando-se uma amostra de 38 municípios que compõem a microrregião de Chapecó/SC. Os dados coletados referem-se ao exercício de 2016, os quais foram obtidos somente no site da Federação Catarinense de Municípios. Neste contexto consideram-se as dimensões sociais e ambientais, duas das quatro dimensões que integram o Índice Municipal de Desenvolvimento Sustentável (IDMS).

A análise dos dados e os referidos registros foram realizados por meio de tabelas estruturadas e formuladas no Software Excel®, além de quadros. Pelo fato de ser uma pesquisa de natureza qualitativa, optou-se pelo referido método em virtude da organização dos dados, da clareza na apresentação e do entendimento das informações estudadas.

O Quadro 1, apresenta informações relativas ao valor de cada indicador, são dados indispensáveis para demonstrar o resultado da pesquisa, os quais foram elaborados pela FECAM. A classificação segue de alto, médio alto, médio, médio baixo e baixo, conforme escala abaixo:

Quadro 1 – Escala de classificação dos índices e subíndices

VALOR DO IDMS	CLASSIFICAÇÃO
Maior ou igual a 0,875	Alto
Maior ou igual a 0,750 e menor que 0,875	Médio Alto
Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750	Médio
Maior ou Igual a 0,500 e menor do que 0,625	Médio Baixo
Menor do 0,500	Baixo

Fonte: FECAM (2018).

Observa-se no Quadro 1, a escala de classificação do IDMS dos municípios, a qual é utilizado para verificar qual o nível de desenvolvimento sustentável, tanto para o Índice geral, quanto para dimensões e subdimensões. Portanto, o demonstrativo acima, pode variar entre zero (0) e um (1), sendo que, quanto mais próximo o valor do índice estiver de um (1), mais alto será o grau de sustentabilidade dos municípios, logo, quanto mais próximo de zero, for o valor do IDMS, maior será o esforço dos gestores na busca de uma realidade mais sustentável e na adequação das práticas socioambientais.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A presente análise consistirá em promover o tratamento de dados de apenas dois dos índices apresentados pela FECAM, relativos aos 38 municípios que compõe a Microrregião de Chapecó, Estado de Santa Catarina, a saber, o Índice Sociocultural e o Índice Ambiental.

Para fins de valoração dos índices, é necessário reiterar a escala numérica dos medidores da FECAM, onde até 0,500 corresponde a um índice baixo, de 0,500 a 0,625 médio baixo, de 0,625 a 0,750 médio, de 0,750 a 0,875 médio alto e de 0,875 até 1,000 corresponde ao nível alto.

O índice sociocultural é composto pelas seguintes subdimensões: Educação, Saúde, Cultura e Habitação. No Quadro 2, pode-se observar de que no subíndice educação, existe uma distribuição concentrada entre os valores 0,625 a 0,750 (Médio) e 0,750 a 0,875 (Médio Alto). Dos 38 municípios formadores da área de abrangência do estudo, é possível verificar uma conjunção maior que 2/3, (que corresponde a 26 municípios) no nível médio alto (0,750 a 0,875), o que indica uma considerável condição de educação desenvolvida pelos municípios da Microrregião. Apesar de nenhum dos municípios atingirem o nível máximo, nenhum ficou no nível mínimo, demonstrando uma perspectiva médio-positiva, dos índices educacionais. A média geral dos 38 municípios, em relação à educação ficou em 0,758, o que consiste em dizer que, regionalmente a educação está em um patamar Médio Alto. Destaca-se que o melhor desempenho é de Chapecó com índice de 0,812 e o Município de Guatambu possui o menor índice de 0,624.

Um segundo subíndice que forma o valor do índice Sociocultural é a Saúde. Esse subíndice apresenta 7 municípios na situação de médio baixo, 27 médio, 4 médio alto e nenhum município obteve classificação alto. Apesar de estar prioritariamente num lugar de medianidade, os municípios que se encontram abaixo da média acendem uma condição de risco para um dos mais importantes atendimentos públicos para a população que é o atendimento de saúde. Em termos médios, verifica-se que a situação regional recebe pontuação média de 0,672, o que classifica os 38 municípios em condição Média.

Outro importante subíndice que compõe o índice sociocultural é o subíndice da cultura. Este, por sua vez, conforme escala numérica dos medidores da FECAM, encontram-se mais concentrados no nível baixo, menor que 0,500. São 23 municípios classificados nesta condição, outros 10 estão entre os valores de classificação de 0,500 a 0,625 (Médio Baixo) e apenas três no médio e dois no médio alto. Verifica-se também que nenhum dos municípios da microrregião está classificado como alto, o que demonstra certa deficiência das condições e acessos às políticas de cultura. De forma geral, a região estudada permanece num patamar ruim, pois a soma dos 38 municípios coloca a região na pontuação 0,462, ficando numa posição Baixa.

Em relação à subdimensão habitação, é notável que praticamente todos os 38 municípios tem-se uma qualidade da média para cima, não ficando nenhum deles nos patamares de baixo e médio baixo, com ênfase para mais da metade deles (20) apresentando-se no desempenho alto (maior que 0,875). Esta condição dos municípios é reforçada pela média geral, a qual demonstra que a região está com 0,837 de pontuação, permanecendo na condição Médio Alto.

Quadro 2 – Composição do Índice Sociocultural dos Municípios da Microrregião Chapecó

Município	Dimensão Sociocultural	Subdimensão Sociocultural			
	IDMsc	Índice Educação	Índice Saúde	Índice Cultura	Índice Habitação
Chapecó	0,812	0,820	0,765	0,844	0,909
Nova Erechim	0,789	0,781	0,865	0,510	0,837
São Lourenço do Oeste	0,787	0,851	0,731	0,604	0,877
Pinhalzinho	0,781	0,755	0,763	0,754	0,896
Maravilha	0,768	0,808	0,734	0,576	0,899
Formosa do Sul	0,765	0,835	0,664	0,616	0,952
Saudades	0,765	0,826	0,746	0,528	0,793
São Carlos	0,761	0,769	0,737	0,628	0,940
Coronel Freitas	0,760	0,812	0,680	0,638	0,927
Modelo	0,752	0,800	0,721	0,497	0,904
Palmitos	0,747	0,838	0,640	0,599	0,857
Novo Horizonte	0,740	0,844	0,688	0,299	0,892
São Bernardino	0,738	0,794	0,770	0,341	0,775
Caibi	0,735	0,833	0,659	0,535	0,756
Cordilheira Alta	0,735	0,803	0,713	0,483	0,768
Serra Alta	0,733	0,829	0,655	0,382	0,925
Quilombo	0,727	0,786	0,619	0,648	0,920
Águas de Chapecó	0,721	0,768	0,716	0,367	0,876
Sul Brasil	0,719	0,715	0,722	0,500	0,942
Santiago do Sul	0,713	0,802	0,650	0,349	0,899
Águas Frias	0,712	0,788	0,667	0,328	0,910
Jardinópolis	0,711	0,850	0,639	0,312	0,737
Campo Erê	0,707	0,781	0,659	0,512	0,733
Iraceminha	0,706	0,822	0,638	0,374	0,756
Cunha Porã	0,700	0,745	0,641	0,490	0,916
Nova Itaberaba	0,696	0,693	0,712	0,425	0,928
São Miguel da Boa Vista	0,693	0,813	0,649	0,278	0,726
Irati	0,688	0,716	0,736	0,311	0,767
Tigrinhos	0,688	0,737	0,658	0,335	0,929
Planalto Alegre	0,682	0,748	0,655	0,400	0,765
Caxambu do Sul	0,676	0,632	0,690	0,595	0,902
Flor do Sertão	0,674	0,745	0,619	0,293	0,925
União do Oeste	0,670	0,775	0,621	0,405	0,633
Saltinho	0,667	0,751	0,672	0,303	0,639
Bom Jesus do Oeste	0,651	0,732	0,544	0,498	0,812
Cunhataí	0,646	0,708	0,575	0,469	0,795
Santa Terezinha do Progresso	0,632	0,712	0,603	0,294	0,712
Guatambu	0,624	0,705	0,617	0,228	0,683
Média geral do Índice	0,717	0,758	0,672	0,462	0,837

Fonte: Dados da pesquisa.

No geral a Análise do Quadro 2 evidencia desempenho classificado como médio a alto pelos municípios da amostra, o menor desempenho é do indicador cultural entre os indicadores que compõem o índice sociocultural geral. Já no Quadro 3, apresenta o Índice Geral da Dimensão Ambiental, além dos índices das subdimensões: Cobertura de Saneamento Básico; Gestão Ambiental e Preservação Ambiental, dos municípios de compõe a microrregião de Chapecó.

Quadro 3 - Composição do Índice Ambiental

Município	IDMa	Cobertura de Saneamento Básico	Gestão Ambiental	Preservação Ambiental
Campo Erê	0,675	0,314	1,000	0,711
Chapecó	0,645	0,659	0,500	0,776
Nova Erechim	0,635	0,759	0,500	0,645
São Carlos	0,628	0,385	0,500	1,000
Cordilheira Alta	0,462	0,136	0,250	1,000
Pinhalzinho	0,458	0,808	0,000	0,566
Saudades	0,431	0,418	0,000	0,875
Caxambu do Sul	0,409	0,151	0,500	0,576
Cunha Porã	0,409	0,302	0,250	0,674
Maravilha	0,398	0,554	0,000	0,639
Palmitos	0,385	0,362	0,250	0,543
Formosa do Sul	0,378	0,498	0,000	0,636
Caibi	0,366	0,239	0,250	0,608
Planalto Alegre	0,357	0,179	0,000	0,893
Jardinópolis	0,348	0,200	0,000	0,845
São Lourenço do Oeste	0,348	0,392	0,000	0,652
Modelo	0,34	0,468	0,000	0,552
Coronel Freitas	0,339	0,408	0,000	0,609
Nova Itaberaba	0,335	0,112	0,000	0,892
Serra Alta	0,331	0,286	0,000	0,707
Iraceminha	0,294	0,159	0,000	0,722
Tigrinhos	0,291	0,340	0,000	0,533
São Miguel da Boa Vista	0,288	0,169	0,000	0,694
Cunhataí	0,286	0,041	0,000	0,817
Sul Brasil	0,285	0,115	0,000	0,740
Flor do Sertão	0,273	0,281	0,000	0,537
Guatambu	0,273	0,066	0,000	0,754
Quilombo	0,264	0,217	0,000	0,575
Santiago do Sul	0,258	0,394	0,000	0,380
Saltinho	0,238	0,074	0,000	0,641
Águas de Chapecó	0,228	0,175	0,000	0,510
Águas Frias	0,224	0,156	0,000	0,515
Irati	0,215	0,348	0,000	0,296
Bom Jesus do Oeste	0,208	0,280	0,000	0,343
Novo Horizonte	0,194	0,000	0,000	0,582
São Bernardino	0,186	0,000	0,000	0,558
União do Oeste	0,182	0,080	0,000	0,467
Santa Terezinha do Progresso	0,145	0,000	0,000	0,436
Média geral	0,342	0,277	0,105	0,645

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao indicador de preservação ambiental, dos 38 municípios estudados, verificou-se que a maior parte deles se concentra no patamar Médio (0,625 a 0,750) e Médio Baixo (0,500 a 0,625), totalizando 24 municípios nesta condição.

Isso representa que existe carência não apenas nas políticas institucionais de preservação como também a sociedade tem dificuldade em tomar consciência da importância de preservar florestas, áreas de mananciais, a fauna regional bem como o conjunto da biodiversidade que compõe a natureza da região. Por outro lado, ao analisar os municípios pela média, a pontuação apresentada é 0,645, considerada uma posição Média, sendo que o

indicador de Preservação Ambiental apresenta o melhor desempenho dentre os três indicadores que fazem parte da Dimensão Ambiental.

Outro demonstrativo utilizado pela FECAM se refere à gestão ambiental. Este demonstrativo se assenta sobre as políticas públicas e privadas destinadas a promoção de práticas sociais que contribuam para o correto uso do meio ambiente e de seus recursos pelo ser humano e pela sociedade.

Em relação ao medidor referente à gestão ambiental, nota-se uma situação considerada emergente. Apenas o município de Campo Êre, um dos 38 municípios se encontra numa condição favorável diante deste dado, apresenta o melhor e mais alto desempenho (1,000). Os demais estão com seus índices classificados no médio baixo e baixo. Isso significa dizer que quase não existe preocupação das políticas públicas e das esferas da sociedade civil organizada, pública ou privada, que tenham dedicação em pensar e repensar práticas que contribuam para a melhoria do meio ambiente.

Outra subdimensão que forma a dimensão ambiental se refere à cobertura de saneamento básico. Dos 38 municípios verificados pelos medidores da FECAM, 34 estão em posição ruim, obtiveram pontuação muito abaixo ao limite 0,500, que indica carência quase que absoluta de programas de incentivo e colaboração com a preservação do meio ambiente por meio do correto trato dos recursos de saneamento. Para ter uma noção geral de como a região se encontra, o número médio da soma de todos os municípios é 0,277, o que coloca no meio da posição Baixa.

Para melhor identificar a relação entre as questões ambientais e socioculturais existentes nos municípios da região, far-se-á uma relação entre os municípios que compõe as cinco melhores posições, cujos dados apresentados pelos indicadores da FECAM os colocam nas extremidades dos índices de cada uma das dimensões que ora é analisado.

Dentre os melhores municípios apresentados pelos medidores da FECAM, na dimensão Sociocultural, o melhor deles é Chapecó, com o indicador de 0,812, permanecendo numa condição de Médio Alto. Contudo, nos mesmos municípios que têm este indicador favorável em relação à Dimensão Sociocultural, pode-se verificar que a pontuação média na dimensão ambiental é, também, consideravelmente inferior a pontuação Sociocultural.

O município de Maravilha, por exemplo, apresenta a quinta melhor média na dimensão Sociocultural, enquanto na dimensão ambiental, apresenta um desempenho considerado baixo 0,398, resultando em uma diferença de 0,370 pontos para menos em relação ao indicador sociocultural.

Partindo para uma análise das cinco posições do ranking da dimensão ambiental, temos o município de Campo Erê com o número de 0,675, permanecendo na posição Médio e de Cordilheira Alta, com o número de 0,462, o que coloca de imediato o quinto município do ranking ambiental já num posicionamento baixo, em relação à escala que mede a gradação dos indicadores.

A média geral da dimensão ambiental entre estes municípios é de 0,609, enquanto a dimensão sociocultural fica posicionada na média de 0,760, colocando os municípios numa situação de, mesmo relativamente bem ambientalmente ainda não conseguem fazer este indicador superar a dimensão sociocultural. É importante destacar que todos os municípios que estão nas melhores posições da dimensão socioambiental têm seus indicadores socioculturais posicionados numa escala mais elevada.

Agora, ao ser feita a leitura dos dados relativos aos municípios cujos indicadores os colocam nas cinco piores posições do ranking sociocultural, a diferença é ainda mais considerável. A média destes municípios, cujo pior deles é Guatambu, é de 0,644, o que ainda é um número bom para a média dos piores.

No entanto, estes mesmos municípios, na dimensão ambiental apresentam número preocupantes, já que dentre os cinco o que fica mais abaixo é Santa Teresinha do Progresso

com o indicador de 0,145. A média de ambos é de 230, ficando abaixo da metade do teto do indicador considerado baixo. Isso significa dizer que é um indicador extremamente preocupante para os municípios que compõe este índice ao mesmo tempo que demonstra que, social e culturalmente os municípios apresentam um regular desenvolvimento que não se segue acompanhado da sustentabilidade e do cuidado ambiental.

Quando comparados os índices Sociocultural versus Ambiental, destaca-se que nenhum dos municípios neste medidor, apresenta sua condição ambiental superior à condição sociocultural, e, ao verificar os dados, é possível evidenciar que as diferenças são consideráveis.

Observa-se que, os piores municípios ambientalmente têm na sua média na casa dos 0,183, os que os coloca numa posição preocupante, sendo eles: Santa Terezinha do Progresso, União do Oeste, São Bernardino, Novo Horizonte e Bom Jesus do Oeste. Ao mesmo tempo que nestes municípios os medidores apresentam estes dados baixíssimos na dimensão ambiental, é importante verificar que a média da dimensão sociocultural é de 0,668, colocando a diferença média numa distância de 0,485 pontos entre uma dimensão e outra. Aqui torna-se ainda mais evidente o fato de que a evolução ou o progresso social e cultural não se seguem acompanhados pelo desenvolvimento da dimensão ambiental.

Para ver a discrepância ainda maior em relação às duas dimensões, quando analisados as cinco melhores posições da dimensão sociocultural, cuja média é de 0,787 e as cinco piores posições dimensão ambiental, que é de 0,183, verificou-se que a diferença média é de 0,604 reforçando a ideia de que o desenvolvimento social e cultural dos municípios não tem considerado o desenvolvimento ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento e da produção do presente estudo, pode verificar-se que existe um descompasso entre os tipos de desenvolvimento apresentados pelos indicadores da FECAM. Ao analisar, de modo mais pontual, os índices de desenvolvimento sociocultural e ambiental, esta disparidade, em termos de desenvolvimento, ficou ainda mais evidente.

Ao ser verificado o indicador, a partir dos medidores apresentados pelo site da FECAM, nem sempre é possível verificar a real situação em que se encontram os municípios nestes dois indicadores. No entanto, quando os dados são confrontados, começam aparecer situações que só se tornam compreensíveis a partir do tratamento adequado dos dados. Desta forma, fica claro, ao final deste trabalho, que promover confrontação de números, formulação de tabelas e comparativos, é, sem dúvida alguma, um exercício imprescindível para a compreensão do que, efetivamente, se passa em termos de desenvolvimento regional.

Algumas das situações verificáveis, ao atingir o final do trabalho, foram, por exemplo, compreender que, a maioria dos municípios está com o seu desenvolvimento ambiental abaixo do desenvolvimento social e cultural. Isso representa dizer que, do ponto de vista educativo, do desenvolvimento econômico, do investimento em cultura, não está interferindo suficientemente para que o meio ambiente receba um tratamento, comparativamente, adequado ou suficiente. Isto acontece, por exemplo, nos municípios que se encontram nas melhores posições no *ranking* sociocultural. Seus indicadores ambientais, comparativamente, sugerem que, mais da metade deles estão com números que os colocam em posição baixa no *ranking* ambiental.

Quando comparados os melhores, ambientalmente, ainda assim a dimensão sociocultural, em todos eles, está à frente. Dos piores na dimensão sociocultural têm sua dimensão ambiental extremamente comprometida e, os piores ambientalmente apresentam, na sua maioria uma posição que fica entre médio e alto no quesito de desenvolvimento sociocultural.

Deste modo, é possível verificar que os municípios estão classificados da seguinte forma: os piores ambientalmente estão melhores socialmente. Os melhores ambientalmente, ainda se encontram com uma posição sociocultural a frente da posição ambiental. O municípios que estão melhores socialmente, têm sua dimensão ambiental num patamar inferior, bem como os que estão piores socioculturalmente têm sua dimensão ambiental numa posição ainda mais inferior. Esta verificação permite constatar o fato de que, na média geral, os municípios têm melhor desenvolvimento social do que ambiental, ou que, as práticas ambientais não acompanham as práticas sociais nos municípios da microrregião.

Assim, ao se promover este estudo, pode-se comparar, de forma mais sistemática, os dados apresentados pelos medidores da FECAM e, a partir dos resultados, extrair algumas conclusões, como, por exemplo, o fato de que a dimensão ambiental, nos municípios que compõe a microrregião oeste de Santa Catarina, têm suas políticas de desenvolvimento ambiental ainda muito tímidas e/ou insuficientes. No geral, é este dado que salta ao estudo. Para além desta questão, fica a impressão que, por mais que a região apresente bons números em termos de economia, educação, qualidade de vida, e cultura, estes dados podem estar sendo obtidos por meio de um mau uso do meio ambiente, ou de práticas com baixa sustentabilidade, ou ainda por um descuido das práticas consideradas adequadas pelos medidores da FECAM.

Outras questões que são relevantes, e que necessitam ser consideradas, é a qualidade dos dados apresentados pelos indicadores. Não basta estar abaixo, é preciso compreender que, em muitos municípios os indicadores demonstram que não se promove 20% do que se deveria em termos ambientais. Estes municípios, tomando por base os indicadores, estão com uma “dívida” ambiental extremamente significativa, pois, sequer conseguem atingir a metade do que deveriam fazer, no mais baixo dos índices da medição. É quase dizer que não se faz nada pelo meio ambiente.

O estudo deixa também o legado de promover uma crítica pessoal a cada pessoa que vive na microrregião, bem como alertar as autoridades sobre a necessidade de compatibilizar práticas sociais e ambientais, dando atenção a esta demanda que é latente em esfera global. Por isso, a região precisa alertar-se para o que ora se mostra em relação ao social e ao ambiental.

Como os dados da FECAM são constantemente atualizados, fica o desejo de continuar os comparativos, para verificar, como se comportam os indicadores nos próximos anos. É preciso ficar alerta para estas informações, pois elas permitem compreender como cuidamos do social e do ambiental, para também contribuir no sentido de construir um mundo melhor, tanto socialmente quanto ambientalmente. Fica, assim, esta sugestão para estudos futuros e novos comparativos, não só dos dados atuais, mas também daqueles que vão se revelando ao longo do tempo, pois será possível verificar avanços ou retrocessos ocorridos no decorrer de períodos.

Os indicadores da FECAM são ricos em informações, o que permite, para estudos futuros, analisar outros indicadores, como o político e o econômico, comparando-os e verificando assim os níveis de desenvolvimento e a correlação existente entre ambos.

REFERÊNCIAS

BENEDICTO, S. C. D.; STIEG, C. M.; LAMES, E. R. D.; SILVA FILHO, C. F. D. Responsabilidade social e estratégia em instituições financeiras públicas e privadas. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 86-102, 2013.

BOFF, L.; **Sustentabilidade**; o que é - o que é. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 07 dez. 2017.

BRUNDLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum. Relatório da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CARVALHO, A. C. V. D.; STEFANO, S. R.; MUNCK, L.; Competências voltadas à sustentabilidade organizacional: um estudo de caso em uma indústria exportadora. **Revista Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 9, p. 33-48, 2015

CASAGRANDA, Y. G.; SAUER, L.; PEREIRA, MATHEUS W.G. A **percepção dos administradores sobre sustentabilidade empresarial.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 487-502, 2016.

CORRÊA, Ceres Fernanda; PRONER Carol. **Responsabilidade socioambiental no âmbito internacional e os Estados Cooperativos.** Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010

DI DOMENICO, D.; KRUGER, D. S.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A.; LUDWIG, D. B. M. Índice de Sustentabilidade ambiental na produção leiteira. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 1, p. 261-282, 2017.

DI DOMENICO, D.; MAZZIONI, S.; GOLLO, V.; NEUMEISTER, M. L. Análise dos indicadores ambientais os municípios do extremo Oeste de SANTA Catarina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 08., 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SINGEP, 2015.

DROUVOT, H.; DROUVOT, C. M.; GOMES, S. C. Análise das práticas em Responsabilidade Socioambiental de 40 empresas cotadas pelo Índice Ibovespa a partir dos Websites e dos Relatórios de Sustentabilidade. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 298-332, 2014.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo. Makron Books, 2001.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS
Disponível:<<http://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/codIbge/4211652/ano/2017/codMunicipio/174>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

FIGHERA, D.; KNEIPP, J. M.; TREPTOW, I. C.; MÜLLER, L. O.; GOMES, C. M. Práticas de Inovação para a Sustentabilidade em Empresas de Santa Maria-RS. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 5, n. 3, p. 72-94, 2018.

GALANTE, C.; MAZZIONI, S.; DI DOMENICO, D.; RONNING, C. **Análise dos Indicadores de Sustentabilidade nos Municípios do Oeste de Santa Catarina.** Anais do

Congresso de Contabilidade 2015, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KEMERICH, C. D. P.; RITTER, G. L.; BORBA, F. W. Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. **Revista Monografias Ambientais**, v.13, n. 5, p. 3723-3736, 2014.

MARIANO, J. M.; RIBEIRO, F.; COLAUTO, R. D. Indicadores socioambientais da Prefeitura Municipal de Curitiba. **Revista Capital Científico**, v. 11, n. 3, p. 26-42, 2013.

MARTINS, A. S. R.; QUINTANA, A. C.; JACQUES, F. V. S.; MACHADO, D. P. O balanço social como um instrumento de informação para a sociedade: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 49-70, 2013.

NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A.C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da *global reporting initiative*. **Revista Universo Contábil**, v. 8, p. 119-139, 2012.

ORO, I. M.; VICENTI, T.; SCARPIN, J. E. Balanço social no Terceiro Setor: Análise do modelo IBASE com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. **Contexto**, v.14, n. 26, p. 76-89, 2014.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 76-97.

REZENDE, G. B. M.; CÂNDIDO, G. A.; REZENDE, H. L.; SILVA, F. P. Sustentabilidade de Barra do Garças sob a Ótica do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 39, p. 203-235, 2017.

SILVA, T. L. D.; OLIVEIRA, M. C.; ARAÚJO, O. C.; BUGARIM, M. C. C. Etapas e dificuldades de elaboração do balanço social de organizações não governamentais: um estudo de caso. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 1-20, 2011.

TERNOSKI, D. M.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A. A Influência da Aplicação de Recursos Públicos nas Áreas de Educação e Saúde com os Índices Sociais nos Municípios Paranenses. **Revista Capital Científico – Eletrônica**, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2017.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIERO, A; MAZZIONI, S. Análise dos indicadores de sustentabilidade dos municípios de Santa Catarina. I Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da Unochapecó. 19 a 23 de outubro Local: Hotel Lang Palace e Unochapecó. 2015

VOLANTE, Carlos Eduardo. **Responsabilidade civil do Estado por dano ambiental decorrente da omissão fiscalizatória**. Revista Acadêmica Direitos Fundamentais, Osasco, São Paulo. Ano 6, v. 6, 2012. p. 29-39